

## A SEMANA – 146

John Gledson

O jogo do bicho, filho da República e do Encilhamento, cujo maior perigo era de atrair os pobres em massa, fazia grande escândalo neste momento, o que acabaria na sua expulsão do portão do Jardim Zoológico. Contraste total – e que parece chocar Machado pelo próprio idealismo – é a fundação dos modernos Jogos Olímpicos. O dr. Viveiros de Castro, “abalizado jurisconsulto”, defensor empenhado da criminologia positivista e, portanto, da influência da hereditariedade (embora não seja esta o assunto) – como Machado diz em 1º de janeiro de 1893, “O nosso século estuda criminologia como gente” –, é um alvo típico da sua sátira. Mas o objetivo maior da sua ira, como prova uma leitura cuidadosa da sua fonte, a notícia do *Jornal do Commercio* citada na nota 9, é a própria Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico, com vários aspectos do seu *modus operandi*, que ligam diretamente a sua ganância à exploração dos cocheiros, e de lá aos frequentíssimos desastres.



## A SEMANA

17 de março de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

O primeiro dia desta semana foi assinalado por um sucesso importante: venceu o burro. Venceu no Jardim Zoológico, onde vencem o ganso e o tigre.<sup>1</sup> Mas não importa o lugar; uma vez que venceu, é para se lhe dar parabéns, a esse bom e santo companheiro de S. José, na entrada<sup>2</sup> de Jerusalém, e de Sancho Pança, em toda a sua vida, amigo do nosso sertanejo, e, ainda agora, em alguns lugares, rival da estrada de ferro.

Estávamos afeitos a dizer e ouvir dizer que vencia o cavalo<sup>3</sup> Fulano e Sicrano. É verdade que era no Derby e outras arenas de luta animal; mas, enfim, era só o cavalo que vencia, porque só ele apostava, deixando dez ou vinte mil-réis nas algibeiras de Pedro, e outras tantas saudades nas de Paulo, Sancho e Martinho. Dizem até que eram os mil-réis que corriam, e centenas de pessoas que não<sup>4</sup> vão às próprias arenas, creem que os cavalos são puras entidades verbais. Fenômeno explicável pela frequência das casas em que não há cavalos: acaba-se crendo que eles não existem.

Venceu o burro. Digo *venceu* para usar do termo impresso; mas o verbo da conversação é *dar*. Deu o burro, amanhã dará o macaco, depois dará a onça, etc. Sexta-feira, achando-me numa loja, vi entrar um mancebo, extraordinariamente jovial, – por natureza ou por outra coisa – e bradava que tinha dado a avestruz, expressão obscura para quem não conhecer<sup>5</sup> os costumes dos nossos animais. É mais breve, mais viva, e

---

<sup>1</sup> Para o jogo do bicho, ver a crônica anterior, nota 7.

<sup>2</sup> Aurélio corrige esta palavra por “estrada”, assinalando o fato em nota. Não creio que se justifique a mudança; o texto do jornal faz sentido. Nem tudo está claro, porém. Parece que o texto deveria referir-se a Jesus, que entrou em Jerusalém antes da Paixão montado num burro (ou jumento), segundo os evangelhos. Não há referência a S. José num burro na Bíblia, embora haja muitos quadros que o mostram ao lado da Virgem, ela montada neste animal, mas na estrada de Belém, ou do Egito. Um descuido de cronista apressado?

<sup>3</sup> Assim na *Gazeta* – Aurélio substitui por “venciam cavalo Fulano e Sicrano”, a nosso ver injustificadamente.

<sup>4</sup> Aurélio omite esta palavra, que porém faz perfeito sentido.

<sup>5</sup> Assim na *Gazeta*, gramaticalmente possível. Aurélio substitui por “conhece”.

não duvido que mais verdadeira. Não duvido de nada. A zoologia corre assim parelhas com a loteria, e tudo acaba em ciência, que é o fim da humanidade.

Também a arqueologia é ciência, mas há de ser com a condição de estudar as coisas mortas, não ressuscitá-las. Se quereis ver a diferença de uma e outra ciência, comparai as alegrias vivas do nosso jardim<sup>6</sup> Zoológico com o projeto de ressuscitar em Atenas, após dois mil anos, os jogos olímpicos.<sup>7</sup> Realmente, é preciso ter grande amor a essa ciência de farrapos para ir desenterrar tais jogos. Pois é do que trata agora uma comissão, que já dispõe de fundos e boa vontade. Está marcado o espetáculo para abril de 1896. Não há lá burros nem cavalos; há só homens e homens. Corridas a pé, luta corporal, exercícios ginásticos, corridas náuticas, natação, jogos atléticos, tudo o que possa esfalfar um homem sem nenhuma vantagem dos espectadores, porque não há apostas. Os prêmios são para os vencedores e honoríficos. Toda a metafísica de Aristóteles.<sup>8</sup> Parece que há ideia de repetir tais jogos em Paris, no fim do século, e nos Estados Unidos em 1904. Se tal acontecer, adeus, América! Não valia a pena descobri-la há quatro séculos, para fazê-la recuar vinte.

Oxalá não se lembrem de nós. Fiquemos com os burros e suas prendas. Bem sei que eles não dão só dinheiro, dão também a morte e pernas quebradas. É o que dizem as estatísticas do Dr. Viveiros de Castro, o qual acrescenta que o maior número de desastres dessa espécie é causado pelos bondes.<sup>9</sup> Parece-lhe que o meio de diminuir tais

---

<sup>6</sup> Está assim na *Gazeta*. Aurélio substitui por “Jardim”.

<sup>7</sup> Os modernos Jogos Olímpicos, inaugurados em 1896 na Grécia, foram criados pelo aristocrata francês Pierre de Coubertin (1863-1937), para encorajar a “força moral e social” das nações.

<sup>8</sup> Suponho que quer dizer que este sistema, dependendo só de amadores, e sem prêmios monetários, é muito idealista – metafísico demais –, e não que se refere ao tratado de Aristóteles (*Metafísica*).

<sup>9</sup> Francisco José Viveiros de Castro (1862-1906): jurista e criminologista maranhense, “defensor intransigente das concepções lombrosianas” (i.e., de Cesare Lombroso [1835-1909], célebre criminologista positivista italiano, que enfatizava a influência da hereditariedade no caráter do criminoso). Segundo item do *Jornal do Commercio* de 14 de março (p. 2, col. 3), acabava de publicar a *Estatística Policial* da Capital Federal relativamente aos desastres e acidentes de rua nos anos 1870 a 1888. Nesses 18 anos, morreram ou ficaram feridas mais de 4 mil pessoas. “O que impressiona mais nessa estatística – diz o *Jornal* – é o número avultado de desastres, mortes e ferimentos causados pelos bondes, número muito superior aos causados por outros veículos. A lei de 1871 punindo os delitos cometidos por imperícia ou imprudência tem sido letra morta. Raras vezes os seus autores são processados. / Para curar desse mal e evitar a repetição desanimadora desses delitos, lembra com razão o autor uma medida que se impõe aos legisladores. Diz ele: / ‘O único remédio seguro e eficaz é estabelecer a responsabilidade civil para as companhias de bondes e proprietários de veículos pelos desastres ocasionados pela imprudência e imperícia de seus empregados. / Logo que eles indenizem as vidas perdidas, os braços e pernas mutilados, o interesse próprio lhes aconselhará providências mais eficazes do que uma disposição legal, inútil e estéril.’ / Com efeito, há um desastre causado por um bonde guiado por um cocheiro imprudente ou brutal ou desazado que ‘está atrasado’, e tem pressa de não pagar a multa à Companhia e de duas uma, ou o cocheiro foge e fica impune ou é preso em flagrante e passa por um processo irrisório ou abafado quase sempre pelos empenhos. Em ambos os casos a Companhia limita-se a ver outro cocheiro tão imprudente, tão brutal ou tão desazado como o outro. Como não sofre nada dos efeitos da incapacidade de seus prepostos pouco interesse tem além dos sentimentos humanitários de seus diretores e gerentes, em procurar pessoal que sirva bem ao público. / A sua única preocupação é ter pessoal obediente à hora e barato, principalmente barato. O resto pouco vale.”

calamidades é responsabilizar civilmente as companhias; desde que elas paguem as vidas e as pernas dos outros, procurarão ter cocheiros hábeis e cautelosos, em vez de os ter maus, dar-lhes fuga ou abafar os processos com empenhos.

A primeira observação que isto me sugere, é que há já muitos responsáveis, o burro, o cocheiro, o bonde e a companhia. É provável que a eletricidade também tenha culpa. Por que não o Padre Eterno, que nos fez a todos? A segunda observação é que tal remédio, excelente e justo para que os criados não nos quebrem os pratos, uma vez que os paguem, é injusto e de duvidosa eficácia, relativamente às companhias de bondes. Injusto, porque o dinheiro da companhia é para os dividendos semestrais aos acionistas, e para o custeio do material. Os burros comem pouco, mas comem; os carros andam aos solavancos e descarrilham a miúdo, mas algum dia terão de ser consertados, não todos a um tempo, mas um ou outro; seria desumano, além de contrário aos interesses das companhias, fazer andar carros que se desfizessem na rua, ao fim de cinco minutos. Ora, se os desastres houvessem de ser pagos por elas, que ficará no cofre para as despesas necessárias?

Terceira observação. Se as companhias, no dizer do abalizado criminalista, abafam agora com empenhos os processos dos cocheiros, por que não abafarão os seus próprios, quando houverem de pagar vidas e pernas quebradas? Ou já não haverá empenhos? Pode havê-los até maiores, uma vez que as companhias tratem de defender, não já os seus auxiliares, mas os próprios fundos.

Vamos à quinta e derradeira observação.<sup>10</sup> O autor afirma que a lei de 1871, feita para punir os delitos cometidos por imperícia ou imprudência, tem sido letra morta. Pergunto eu: quem nos dirá que a lei que se fizer para obrigar civilmente as companhias, não será também letra morta? Que direito de preferência tem a lei de 1871? Ou, considerando que a morte da letra de uma lei é antes um desastre que um privilégio, por que razão a nova lei estará fora do alcance do mesmo astro ruim que matou a antiga? Por outro lado, incumbindo aos juizes a execução da lei de 1871, e tendo esta ficado letra morta, acaso consta que algum deles a tenha indenizado da vida que perdeu? Como obrigar as companhias à indenização da vida de um homem? Em que é que o homem é superior à lei?

São questões melindrosas. No dia 27 deste mês, por exemplo, começará a ter execução a lei de lotação dos bondes.<sup>11</sup> Suponhamos que não começa; leis não são eclipses, que, uma vez anunciados, cumprem-se pontualmente; e ainda assim esta semana houve um eclipse da lua que ninguém viu aqui, não por falta do eclipse, é

---

<sup>10</sup> É curioso que não haja uma quarta observação entre a terceira e a quinta. Será que Machado errou? Achamos um tanto mais provável que escrevesse “quarta”, e que os compositores leram mal, e apressadamente.

<sup>11</sup> Para esta lei ou postura, ver a nota 10 da crônica de 7 de outubro de 1894 (123).

verdade, mas por falta da lua. Leis são obras humanas, imperfeitas como os autores. Suponhamos que não se cumpre a lei no dia 27; apostemos até alguma coisa, estou que este burro dá. Como exigir que a lei, não cumprida a 27, venha a sê-lo a 28, ou em abril, maio, ou qualquer outro mês do ano? Também há leis do esquecimento.

